

Esboço do substitutivo mantém sistema misto

Geisel

CERCADO do respeito da Nação, está completando 80 anos de idade o General Ernesto Geisel, ex-Presidente da República.

AO LONGO de sua extensa carreira de homem público — desde quando, com 25 anos, apenas, foi Secretário de Estado no Rio Grande do Norte e na Paraíba, até o tempo em que exerceu a Presidência do Brasil —, pode-se lealmente discordar de determinadas iniciativas e decisões que adotou.

MAS É indiscutível que, em todos os postos, soube sempre atuar com impecável correção, probidade e espírito público.

UM DOS grandes serviços que se ficou devendo a Geisel foi a restauração lenta e segura do estado de direito democrático, com a revogação do AI-5, a extinção da censura e da "CGI" e a liquidação da tortura.

O GLOBO se associa às homenagens ao ex-Presidente, pelo merecimento que ele sem dúvida tem.

BRASÍLIA — O grupo suprapartidário coordenado pelo Senador José Richa (PMDB-PR) manterá o sistema misto de Governo no esboço do substitutivo que apresentará, no próximo dia 13, à Comissão de Sistematização. A proposta, segundo membros do grupo, sofrerá apenas "alterações técnicas para evitar colisão de poder" entre o Presidente e o Primeiro-Ministro, dando a este a responsabilidade pela elaboração e execução dos planos de Governo.

Esse é um dos resultados do trabalho de "enxugamento" que está sendo feito pelo grupo, que deve chegar a um projeto constitucional de cerca de 200 artigos, mas não significa o consenso sobre o tema. Serão feitas ainda duas outras propostas também sobre sistema de Governo: uma presidencialista, nos moldes da Constituição de 1946, com a restituição das prerrogativas do Legislativo, suprimidas em 1967 e 1969; e outra propondo o parlamentarismo puro ao estilo britânico.

Para o Deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), um dos coordenadores do grupo, esta estratégia será repetida em todos os pontos em que não houver consenso entre os 32 parlamentares. Nesses casos, o esboço do substitutivo que será entregue a Bernardo Cabral ficará em aberto e serão redigidas emendas para cada uma das propostas, já que o grupo considera remota a possibilidade de aprovação do projeto do Deputado Alvaro Valle, permitindo a apresentação de substitutivos ao projeto da Comissão de Sistematização.

Pelo cronograma do grupo, até a próxima quarta-feira termina o trabalho de revisão do anteprojeto constitucional, inclusive sobre os temas considerados polêmicos. Numa lista organizada pelo Senador Virgí-



Richa conversa sobre o esboço com Maciel (à direita)

lio Távora (PMDB-CE), esses temas foram subdivididos em "ideológicos" e "políticos". Na primeira classificação estão estabilidade de emprego, jornada de trabalho, pluralidade sindical, reforma agrária, participação do Estado na economia (subdividido em reserva de mercado e definição de empresa nacional), verbas para o ensino público e privado e seguridade. Como "políticos", o grupo considera polêmicos o mandato do Presidente, sistema de Governo e sistema eleitoral.

Esses temas serão os últimos a serem discutidos — com exceção do sistema de Governo, sobre o qual o grupo já chegou a uma definição de rumos — e, possivelmente, serão assimiladas algumas das conclusões do "grupo progressista", que procura o consenso sobre eles. Numa segunda etapa, que começa no próximo dia 7, a proposta do

grupo será apresentada a um número maior de constituintes (cerca de cem) para ser submetida a votação nos dias 10 e 11. O dia 12 será gasto na redação de novas emendas para serem apresentadas, finalmente, no dia 13, quando expira o prazo de encaminhamento à Comissão de Sistematização.

Até ontem, o grupo já havia chegado a uma proposta de substitutivo de 261 artigos, 30 delas no capítulo das disposições transitórias. Nas adaptações técnicas, o grupo propõe alterações de mérito ao texto oficial de Cabral, mesmo que para adaptações técnicas. É o caso dos tribunais de pequenas causas, que no texto original ficavam simultaneamente sob a jurisdição dos Estados e municípios. Pela proposta do grupo, eles ficarão com os Estados enquanto os municípios serão responsáveis pelos cartórios de paz.

Estaduais são partidários do Gabinete

Parlamentarismo, mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney e seus sucessores, com direito a reeleição e voto proporcional. Essas foram as três principais decisões tomadas pelos cerca de 50 representantes de 14 Assembleias Legislativas de todo o País que participaram do II Congresso Nacional de Deputados Estaduais Pró-Constituinte, realizado no Copacabana Palace. O documento final do Congresso será entregue na próxima semana ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, por uma comissão de deputados estaduais.

Marcado pelo esvaziamento e pelo desinteresse dos participantes, o Congresso chegou a ter alguns momentos de humor. Um deles foi quando um grupo de parlamentares deixou o plenário para pedir autógrafos à atriz Sônia Braga, que gravava seu próximo filme no auditório ao lado. Na pasta que foi distribuída a todos os congressistas, além dos temas a serem discutidos, havia prospectos de agências de turismo anunciando passeios para os mesmos horários das sessões plenárias. Entretanto, segundo o Presidente do Congresso, Deputado Elmiro Coutinho (PMDB-RJ), o evento foi realizado sem custos para as Assembleias Legislativas.

Defendidos com entusiasmo, respectivamente, pelos Senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Pompeu de Souza (PMDB-DF), o parlamentarismo e os quatro anos de mandato foram aprovados pelo plenário por ampla maioria, o mesmo acontecendo com a questão do sistema eleitoral e com o voto proporcional, este defendido pelo Deputado Haroldo Lima (PMDB-BA). Além das três propostas principais, também foram aprovadas moções pedindo o fim da Lei de Segurança Nacional, referendo popular para a futura Constituição; anistia ampla, geral e irrestrita para os punidos pelos atos de exceção; manutenção da contribuição fiscal em favor do Sesi, Sesc, Senai e Senac; defesa do ensino profissionalizante nas escolas públicas; defesa da instituição do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher; e criação de uma administração tripartite dos órgãos da Previdência.

O Congresso foi encerrado pelo Governador Moreira Franco durante cerimônia na Assembleia Legislativa, que contou com a presença do Deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), Secretário-Geral da Constituinte.